

Reflexões sobre memórias cooperativistas

*Elisandra Forneck**
*Elison Antonio Paim***

Resumo

Este artigo é parte da pesquisa intitulada “Cooperalfa: memórias do Cooperativismo”, a qual teve como objetivo analisar a expansão do cooperativismo agrícola na região oeste de Santa Catarina, em diálogo com as memórias dos fundadores, associados e funcionários da Cooperativa Regional Alfa Ltda. (Cooperalfa), no período de 1967 a 1980. Neste estudo, as principais fontes são as entrevistas orais.

Palavras-chave: Memórias. Experiências. Cooperativismo.

Introdução

Nesta pesquisa trabalhamos com memórias do cooperativismo no oeste de Santa Catarina a partir das lembranças de alguns dos fundadores e primeiros sócios da cooperativa agropecuária denominada Cooperalfa, com sede no município de Chapecó. Buscamos refletir sobre as relações construídas entre cooperativa e associados, desde o processo de refundação¹ da cooperativa em 1967 até 1980, quando algumas mudanças estruturais na cooperativa e na política brasileira levam a instituição a trilhar novos caminhos. As dificuldades, lutas, alegrias, frustrações e relações de poder que se construíram nesse período, na voz de associados, fundadores e colaboradores, alguns com participação mais ativa, outros mais anonimamente. Memórias que oscilam entre a satisfação de fazer parte do que a maioria chama de “família cooperativista”, entre lembranças de anos difíceis onde o cooperativismo sofria com a grande desconfiança dos agricultores e também entre relações de poder conflitantes, as vezes veladas, as vezes latentes.

No oeste catarinense, as cooperativas ganham destaque a partir da segunda metade do século XX. Mas o cooperativismo no mundo tem um histórico secular de atuação. Por exemplo, na Europa, os primeiros movimentos cooperativistas oficialmente reconhecidos surgiram no século XVIII, com o objetivo de fugir da exploração dos patrões, assegurando aos seus associados a propriedade dos instrumentos de trabalho e visando melhorar as condições de vida. Robert Owen e Charles Fourier foram pioneiros das primeiras cooperativas de produção e suas experiências são seguidas como modelo até hoje.

Apesar de já haver muitos exemplos de cooperativismo antes dessa data², o ano de 1844 figura como o marco inicial da história do sistema, porque foi o primeiro registro oficial do mundo de uma sociedade empresa, diferente de todas aquelas existentes até aquele momento. Esta cooperativa foi instalada no porão de uma casa e tratava-se de um pequeno comércio com o objetivo de fornecer gêneros de primeira necessidade para seus associados a um preço quase de

custo. Há quase 200 anos, quando esses grupo de 27 tecelões e uma tecelã idealizaram o cooperativismo, já tiveram o cuidado de pensar num alicerce duradouro e estável, e para isso, criaram os princípios do cooperativismo, que se mantêm até hoje em diversas partes do mundo. São estes ideais que permitiram ao cooperativismo buscar a eficiência exigida pelo sistema capitalista, porém, desfrutando do senso de justiça preconizado pelo socialismo. E mais, os princípios do associativismo são perfeitamente adequados a qualquer cooperativa, seja ela de consumo, habitacional, de agricultores etc. Por isso, Dias (1991, p. 25) defende que “[...] de uma forma geral, quando alguém quiser saber a razão do fracasso de determinada cooperativa, pode afirmar, sem medo de errar, que a causa do fracasso foi o desrespeito a um dos princípios que regem o cooperativismo”.³

As cooperativas, junto com outras organizações, tornaram-se a base de um ideal, por alguns visto como utopia, rumo a uma participação mais igualitária e mais justa na sociedade. O cooperativismo procura reforçar as vantagens das relações humanas, da ajuda mútua, da crença numa sociedade em que todas as pessoas tenham os mesmos direitos e possibilidades de inserção social e econômica. Pois,

[...] sem as cooperativas, a situação teria sido bem pior para o produtor rural, pois a cooperativa, apesar de suas distorções internas entre as quais a mencionada defasagem entre a ‘empresa’ que cresce e os associados que permanecem estagnados, ainda é um instrumento importante de barganha e de manutenção do produtor, especialmente o pequeno, graças a assistência técnica e a prestação de uma variada gama de outros serviços. Sem as cooperativas, enfim, muitos pequenos produtores teriam aderido à corrente da migração rural-urbana, ou em direção a outras fronteiras agrícolas. (SCHNEIDER, 1999, p. 312).

E foi justamente no contexto da pequena produção citado acima, que o cooperativismo penetrou de forma mais dinâmica e consistente no oeste catarinense. Nesse sentido, Rech (1986) mostra que na maioria dos lugares, incluindo Santa Catarina,

[...] o cooperativismo foi tutelado e estimulado

pelo Estado, na medida em que está forma de organização dos produtores se adequava aos interesses representados pelo novo modelo de desenvolvimento nacional. [...] mecanismo de organização da produção em moldes associativos, que tanto atenderiam aos interesses do estado, quanto dos produtores. (RECH, 1986, p. 56).

Quando o projeto de modernização agrícola brasileiro passou a exigir mais preocupação dos agricultores com a produção, as cooperativas viabilizaram a execução das políticas voltadas para a exportação e “ofereceram” aos agricultores alternativas para a modernização dos modos de produção, entre elas, segundo Benetti (1982): “[...] reduziriam os custos operacionais e os gastos de circulação da produção; facultariam a compra de grãos; oportunizariam a difusão e incorporação de tecnologia avançada e garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura.” (BENETTI, 1982, p. 42). Nesse contexto, a mudança estrutural das cooperativas também precisou ser feita. Uma cooperativa bem mais “empresarial”, em que os créditos financeiros liberados pelo governo puderam ser destinados.

O cooperativismo na região oeste de Santa Catarina pode ser focalizado na perspectiva das transformações ocorridas no setor rural e sua relação com os agentes que viabilizaram a expansão e reprodução do capitalismo na agricultura. As cooperativas agrícolas em Santa Catarina, situavam-se no contexto em que as estruturas dos produtores e do sistema econômico rural eram frágeis, ou melhor: as diferenças econômicas inter-regionais; as diferenças entre agricultura tradicional e agricultura de exportação; diferenças sócio econômicas dos agricultores, geradas pelo modelo de desenvolvimento econômico brasileiro dependente, em que, segundo Duarte (1986):

A organização da produção tornou-se fundamental para a modernização do campo. O capital vem penetrando a estrutura das unidades rurais de produção através de mecanismos tecnológicos, financeiros e organizacionais. [...] as cooperativas agrícolas que conseguiram se manter vivas foram aquelas que maximizaram oportunidades e atingiram

uma racionalidade econômica semelhante as demais empresas. (DUARTE, 1986, p. 42).

Muitos trabalhos sobre a região oeste de Santa Catarina priorizaram o progresso econômico, a modernização, o desenvolvimento e o “labor” de colonizadores, e deixaram de lado a memória e a voz de muitos sujeitos que são parte desta história. Dessa forma, no cooperativismo não foi diferente: grandes “heróis” que foram os “pioneiros” têm destaque na história do associativismo, enquanto quase a totalidade dos associados permanece invisível. As memórias foram durante muitos anos silenciadas por experiências de perseguição, preconceito e exclusão.

Para entendermos melhor as particularidades de cada experiência, a história local pede um olhar mais atento no sentido de “[...] pensar região enquanto construção histórica, levando-se em conta os seus processos de constituição e de transformação” (MARCON, 2003, p. 55). São aquelas histórias que acontecem mais próximas ao sujeito, ou seja, no município, na cidade, na comunidade, no bairro, na família, nas instituições. Escrever e pensar a história, desta forma, possibilita mais entendimento daquilo que está diretamente ligado com o nosso passado.

O [...] reconhecimento do passado não significa legitimá-lo. Daí a necessidade de interrogá-lo continuamente com uma dupla intencionalidade: para não perder de vista raízes sobre as quais foi construída a história e para não usar o passado como justificativa da dominação no tempo presente. (MARCON, 2000, p. 10).

Assim como a história regional, a história oral também foi relegada durante muito tempo pelos pesquisadores, que defendem uma história única, homogênea e muitas vezes, “vazia” de sujeitos. Nesse relegar do “local” e da “memória” pelos historiadores, quem acabou muitas vezes assumindo para si a escrita dessas histórias foram pessoas sem a formação específica, sem ter as ferramentas teórico-metodológicas para realizar as análises mais apuradas do passado. Para Dmitruk (2001):

Frequentemente, o historiador local estará utilizando a reflexão acumulada sobre sua experiência de vida e não é acidental que tantas histórias de vilas e paróquias tenham sido escritas por homens e mulheres ativamente engajados em eventos locais, desde clérigos e advogados no passado até ativistas de movimentos comunitários de hoje [...] sindicalistas veteranos, depois de uma vida de atividades assumirão a História da federação sindical; professores aposentados irão falar sobre a escola local, e juízes de paz e vereadores farão o relatório dos eventos municipais. O velho faz de si uma biblioteca e um arquivo. (DMITRUK, 2001, p. 10)

Não se trata de jogar fora a história tradicional, mas de partirmos do local, do específico, do presente, e fazermos uma ponte buscando compreender historicamente como acontecimentos políticos e econômicos em nível global e nacional refletem diretamente no regional. Ao construirmos esse entendimento, a possibilidade de visualizarmos com outro olhar a realidade que nos cerca nos transforma em sujeitos mais críticos da nossa história. Para Koselleck (2006) a “busca do cotidiano do tempo histórico” não pode deixar de:

[...] contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido [...] deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes [...] que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que do trenó ao avião, mesclasse [...] que contemple a sucessão de gerações dentro da própria família, assim como o mundo do trabalho [...] diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe. (KOSELLECK, 2006, p. 13-14).

A história oral permite que se possa, segundo Ferreira e Amado (1996, p. 24), “[...] perceber com maior clareza a articulação entre, de um lado, as percepções e as representações dos atores, e, de outro, as determinações e interdependência que tecem os laços sociais”, dando mais importância e visibilidade às memórias e experiências vividas. O registro de memórias pode ser uma condição para compreender

problemas históricos, principalmente políticos. Daí o extremo cuidado para não idealizar os acontecimentos e experiências culturais, perceber quem conta o que conta, de quem quer lembrar, o que quer lembrar e porque quer lembrar ou esquecer. O historiador precisa levar em conta que escrever história “[...] exige a superação do estágio da simples descrição do acontecimento resultante da utilização das fontes, levando-se em conta as leituras sucessivas que atribuem um sentido sempre mutável aos diversos estágios constitutivos da memória coletiva” (DOSSE, 2001, p. 36). Por isso, a importância em diferenciar história de memória. A historiadora Teresa Luporini (2002) cita a diferença entre elas, segundo os conceitos de Nora (1984),

[...] memória é a vida, emerge de um grupo que ela une, é múltipla, coletiva, plural e individualizada, é efetiva e mágica, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto; a materialização da memória está representada nos museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação e banco de dados; [...] História é uma representação do passado, é operação intelectual que demanda análise e discurso crítico, possui vocação universal, lida-se às continuidades temporais, estabelece relações, trabalha com o relativo, a materialização da História ocorre por meio da produção do conhecimento histórico. (LUPORINI, 2002, p. 332).

É importante lembrar que a história não se faz apenas com narrativas. Não basta redigir acontecimentos, colocando-os como se fossem a verdade. É preciso produzir embates, procurar pequenos aspectos que, às vezes, parecem sem importância, cruzar várias fontes, analisar os conflitos de interpretação. É preciso fugir das certezas, para que a história possa assumir seu caráter detetivesco. E, como escreve Albuquerque Junior (2007, p. 87): “a História, em nosso tempo, não pode ser discurso de construção, mas de desconstrução, discurso voltado para compreender o fragmentário que somos, as diferenças que nos constituem, o dessemelhante que nos habita”.

O cooperativismo no oeste de Santa Catarina

A velocidade com que se deu abertura das fronteiras geográficas no século XX resultou num acesso desigual à internacionalização econômica e cultural. Em sua obra *Culturas Híbridas*, Canclini (1998) chama a atenção para a subordinação econômica que a modernização provocou e também para essa mesma modernização que exclui e discrimina. Na mesma obra, o autor diz que na América Latina “[...] tivemos um modernismo exuberante com uma modernização deficiente.” Com a globalização, maior que seus benefícios, vieram os desafios: uma parcela grande da população não tem acesso aos meios de comunicação, tecnologias e educação.

Na região oeste de Santa Catarina, essas mudanças passaram a ser percebidas de maneira mais intensa a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, em um cenário mundial pós-guerra repleto de grandes reviravoltas econômicas e culturais. Conforme Marcon, um momento onde estava “a cidade se impondo sobre o campo” (MARCON, 2003, p. 102). Por ser uma região colonizada por descendentes de europeus⁴, ela foi considerada alvo fácil das pretensões capitalistas que o governo tinha para o campo. “A dinâmica socioeconômica, que se estabeleceu desde o início da colonização, caracterizou-se pela predominância da família enquanto unidade organizadora do processo produtivo e do trabalho” (EIDT, 1999, p. 62). Famílias numerosas e com as características de economia familiar eram o que as agroindústrias buscavam para reproduzir seu projeto de expansão na região, pois “nesse processo, a agricultura, que era o centro do assim chamado complexo rural, passou a fazer parte do complexo agroindustrial” (MIOR, 2005, p. 45).

O empobrecimento dos agricultores devido a uma sucessão de safras mal sucedidas, a má utilização das terras, o abandono da produção de alimentos e as políticas agrícolas governamentais estavam piorando cada vez mais a situação da agricultura na região oeste. Os produtores sabiam que *precisam* se organizar para resistir à crise, mas, muitas vezes, esbarravam na visão empresarial de competição econômica e política, assim percebia-se que:

No cooperativismo catarinense falta, muitas vezes, uma doutrina cooperativista conscientizadora, os associados tiveram de ser conquistados mediante apelos puramente capitalistas e quando não, influenciados por uma mistura de cooperativismo com capitalismo. (JORNAL ELO COOPERATIVO, jul./1984).

Nesse cenário de crise, a cooperação agrícola passa a ser percebida como uma alternativa para resistir à crise e se proteger dessas mudanças e, principalmente, das mãos dos atravessadores desonestos e oportunistas. “[...] agir é sempre agir ‘com outros’: a interação pode adotar a forma da cooperação, da competição ou da luta” (RICOUER, 2010, p. 98). A inexistência de políticas agrícolas governamentais efetivas e a pretensão de modernizar a “arcaica” agricultura brasileira, faz crescer nas pessoas não apenas a necessidade de construir formas de resistência na agricultura, mas também impõe a necessidade de superar modos de pensar e agir, ou seja, a inevitável superação de modelos de comportamento. O cooperativismo parecia ser a melhor opção, não fosse o descrédito com o mesmo, que ia aumentando depois de várias tentativas fracassadas vivenciadas no Rio Grande do Sul⁵. Para Schneider (1999):

O cooperativismo, apesar de sua mensagem idealizada, tendia a reproduzir e a reforçar as condições estruturais vigentes na sociedade brasileira. Ou seja, não atenuava as grandes diferenças e os conflitos de interesses existentes entre as classes sociais e especialmente entre grande e pequenos proprietários e produtores rurais, mas as mantinha e reproduzia dentro das cooperativas, bem como não atenuava, mas reproduzia em si as disparidades regionais. (SCHNEIDER, 1999, p. 368).

Apesar da desconfiança, com apoio do Banco do Brasil, da Sociedade Amigos de Chapecó e da prefeitura, das 37 pessoas assinantes da primeira ata em 29 de outubro de 1967, no Clube Recreativo Chapecoense, Luiz Baldissera, então presidente da Sociedade Cooperativa Tritícola D’ Oeste Ltda., coordenou a primeira reunião oficial da Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda. - então denominada Cooperchapecó - e a eleição de Aury Luiz

Bodanese como presidente. Sobre as cinzas da falida tritícola, que segundo depoimento de Gil Tosi, “[...] estava desativada por falta de dinamismo de uma diretoria que não tocava coisa nenhuma”, se fundamentou a nova cooperativa. Assim, a ação e a cooperação mostraram resultados concretos, quando a Cooperchapecó⁶ passou a construir uma identidade cooperativa e o cooperativismo passou a ser visto como horizonte possível, a desconfiança de muitos agricultores em relação ao sistema, aos poucos, passa a ser visto com outros olhos.

No primeiro balanço da cooperativa, em 30 de abril de 1968, os números movimentados e as sobras animaram ainda mais os agricultores. Salários em dia, taxas, impostos e demais despesas pagas sem nenhum atraso. Com sobras de NCr\$ 52.520,00, a cooperativa respirava ares de progresso. Aury Bodanese, mesmo recebendo o voto de confiança dos associados, num tom de desafio para aqueles de falavam mal da iniciativa, encerrou a reunião anteriormente citada com o seguinte dizer:

Para aqueles que não possuem tino administrativo, e que acham que o nosso empreendimento possui mão-de-obra ociosa, pessoal demais, devem compreender, que o serviço prestado por este pessoal, foi o mais valioso, para se chegar ao resultado que chegamos [...]. (Ata de 30/04/1968).

Um ano depois a cooperativa já contava com 345 associados e em 1987, a Alfa passou a contar com 14.058 associados e 1.275 funcionários. Hoje, chamada Cooperativa Agroindustrial Alfa Ltda., é uma das maiores cooperativas do país e a maior de Santa Catarina.

As memórias do cooperativismo apresentadas nos principais meios de comunicação em função da comemoração dos quarenta anos de Cooperalfa em 2007, nos provocaram muitos questionamentos: será a cooperativa tão perfeita quanto tentam mostrar? Dos quase quarenta associados que assinaram a ata de fundação, porque apenas alguns ganham destaque? Os outros não foram atores? Essa cooperativa não tem problemas?

Para realizar este trabalho foram entrevistadas pessoas que participaram da fundação e primeiros funcionários e associados.

A surpresa foi grande com várias histórias. Nas entrevistas, os depoentes, como afirma Portelli, “[...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (1997, p. 31).

Sem exceção, todos os entrevistados falam da imensa dificuldade do início. Muitos deles não entendiam nada de cooperativismo, carregavam consigo apenas uma grande vontade de mudar a situação em que todos viviam. Mesmo não conhecendo o processo que a envolvia, a maioria que foi chamada para fazer parte da diretoria acabou concordando, mais pela confiança que tinham no nome de Setembrino Zanchet do que no cooperativismo. Alcides Fin confirma:

[...] não era só eu, o Aury era comerciante, não entendia nada de cooperativa, o único que entendia alguma coisa era o Baldissera, que tinha sido presidente dessa cooperativa que quebrou. O Orlando Cella não entendia nada, era madeireiro, o Kovaleski era ervateiro, morava lá no Bormann, tudo assim, mas eles pegaram nós porque nós morava tudo perto, era colono, eles já me conheciam, tinha feito financiamento, tinha para certo eles. Até disseram que não era para trabalhar, mais era... (FIN, 2008).

Em conversa com Rovílio Scussiato ele destaca também esse aspecto, a desconfiança em relação à cooperativa e ao mesmo tempo a crença na honestidade de Zanchet e Bodanese:

É, o cooperativismo naquela época estava muito em baixa, era muito mal visto. Então, foi bastante difícil. Acontece que nós tínhamos aqui o gerente do Banco do Brasil, que era muito bem visto. E a gente teve apoio também de outras pessoas, de órgãos não governamentais de certa expressão, que apoiaram esse trabalho, sabe. E inclusive a Igreja deu, em parte, esse apoio e o agricultor confiava e daí que foi fácil. Se era só pelo colono em si ia ser difícil porque eles não creditavam muito não, porque as cooperativas andavam falidas, muita falcatura e muita coisa nas cooperativas. (SCUSSIATO, 2008).

Essa desconfiança em relação ao cooperativismo geralmente vinha como alerta dos pais. Fiorelo Onghero conta que ouviu muitas

histórias de seu pai, de pessoas que tinham sido vítimas de falcatruas no Rio Grande do Sul. Ele lembra que ouvia atentamente os alertas do pai.

No início a gente ficava desconfiado, pois os pais sempre avisavam que tinha muitas que faliram, mas também tinha as que deram certo e vão para frente. E aqui disseram que iriam entrar com uma turma de gente boa, boa parte daqui da Colônia Cella, e os outros também eles conheciam, e vamos formar uma cooperativa legal. (ONGHERO, 2008).

Para algumas famílias, o cooperativismo parecia não servir para os pobres. Para os pequenos então, ficava aquela sensação de que um “cara” da Alfa, “importante” não convidaria uma simples e humilde família para se associar. Mas as pessoas que faziam visitas para convidar mais pessoas a se associarem, surpreenderam muita gente. Veja o que Julmir Cecon, jornalista da Cooperalfa, lembra de quando ainda era criança. Afirma que jamais vai esquecer do dia em que Walter Wagner apareceu de fusca na sua casa:

Chegou lá em casa, numa noite fria, chovendo, um senhor chamado Walter Wagner, [...] esse senhor veio até lá para convencer o pai a se associar na cooperativa, [...] e minha mãe ficou muito preocupada, imagina, uma autoridade da Alfa, tudo bem que era funcionário, com um fusca vermelho, nós pensamos, ele nem vai sair deste buraco, [...] aí ela fez a melhor comida do planeta para ele, um banquete, fez peixe, queijo frito e um monte de coisas, mas, detalhe, ele comeu polenta “potchada” no vinagre junto com a raiz de uma arvorezinha que se colhe no mato, parecida com “raditche”, ele só comeu aquilo, pois fazia muitos anos que ele não comia isso. Para você ver, a origem dele era outra. Toda aquela comida “boa” que a mãe preparou, ele não comeu. Nem salame ele comeu, o que, de certa forma, chocou nós. É uma cena que eu não me esqueço nunca. E que o pai falou daquilo “meu deus, eles são gente simples como nós”, e realmente seu Walter era assim, daquele jeito como havia demonstrado aquela noite, simples e humilde. Então o conceito que ficou “vamos se associar amanhã, eles são gente simples”. (CECON, 2008).

Família cooperativista foi a expressão que mais se ouvia e provocou emoção nos entrevistados. Esse sentimento que se via transbordar na tela da TV, nas linhas de um jornal e nas lágrimas de um rosto, pôde ser sentido de perto. Ao ser perguntado, o Sr. Baldissera confirma que o sentimento família que a cooperativa tenta transmitir é sentido por ele:

Sim, não tinha porque não, porque eram todos conhecidos, para mim e minha família, naquela época eu visitei todas as famílias, todos esses postos que tinha no interior bem dizer fui eu que criei, escolhia o lugar e tudo mais, eu fui sempre conhecido de todo mundo. [...] Era tudo um só, era como irmãos [...]. Quando a gente fazia promoção e esses eventos era uma união só, nessa parte de união, graças a Deus, principalmente os que trabalhavam comigo lá dentro, sempre tinha uns sessenta. Um dia entrei num bar um cara de longe falou “olha aí meu pai entrando”. (BALDISSERA, 2008)

Sérgio Giacomelli, funcionário da Cooperalfa, andou por muitos municípios quando a Alfa foi implantada, recolhendo um, dois ou três suínos em propriedades muito distantes uma da outra. Segundo ele, a cooperativa recolhia, mesmo que fosse pouco, mas atualmente não há mais viabilidade em recolher poucos animais, pois se torna um custo muito alto. Mas fala emocionado da satisfação de ver a Alfa fazendo diferença em cada lugar que faz morada.

A economia mudou com seriedade, porque o preço era regrado feito por uma meia dúzia, e partir do que Alfa entrou às vezes não se pagava o melhor preço, e não vendia-se mais barato do que os outros, mas balizava-se os preços, então acho que a economia, os municípios, hoje nós estamos em 78 municípios, um supermercado, a arrecadação, o retorno de ICMS, as parcerias com as prefeituras melhorou-se as estradas. (GIACOMELLI, 2008)

E não bastava ser cooperativa, receber e pagar, de nada isso adiantaria se a orientação técnica não se fizesse presente. Num cenário de agricultura considerada rudimentar, talvez esse seja o principal trabalho a ser feito inicialmente pela cooperativa: orientar o manejo e produção para melhorar a produtividade, com o objetivo de atender

aos interesses nacionais de “civilizar e modernizar” a agricultura e o agricultor brasileiro. O “atraso” da agricultura brasileira, principalmente a partir da década de 1950, passou a ser visto como um entrave ao progresso da nação. Dentro dessa lógica, sentiu-se a necessidade de formar um novo sujeito, um novo agricultor, qualificado para lidar com novas tecnologias e que se enxergasse como o “futuro da nação”, defendendo a ideia de “modernizar o Jeca Tatu” (RADIN, 2009). Nessas estratégias, as cooperativas estiveram inseridas nos ideais de modernização da produção agrícola brasileira, para o governo elas serviriam instrumento de difusão do conhecimento científico em sua aplicação na agricultura “arcaica”. Conforme o depoimento de Serrano,

[...] deu desenvolvimento, o pequeno agricultor recebeu um amparo, porque ele pegava tudo o que precisava na cooperativa, nós tínhamos tudo o que ele precisava: machado, enxada, martelo, um prego, uma dobradiça, o que ele precisa nós tinha. E nós começamos a comprar a produção dele e ele já não precisava se preocupar se ele ia vender a produção para o comerciante que explorava o prego, [...], a cooperativa sempre dava sobras e dessas sobras o agricultor participava, para o agricultor foi muito bom, [...] Ensinavam até as mulheres dos agricultores a cozinhar, porque na colônia era meio assim, tipo índio, o pessoal que morava no interior era um povo mais atrasado, as esposas dos agricultores não sabiam nem cozinhar, faziam comida, mas não era comestível, mas eles estavam acostumados. [...] Gente fazia reuniões com os agricultores, com esposas, filhos, filhas. Nós ensinávamos para as mulheres, muitos homens recebiam o cheque da cooperativa e iam descontar o cheque no Banco depois iam para a zona, ficavam dois a três dias fazendo festa, e quando chegavam em casa não tinham mais dinheiro. Isso era normal, o colono quando sai de lá ficava louco na cidade, até isso nós tivemos que dar uma lição para toda a turma. Os agricultores progrediram mais ou menos duas gerações. (SERRANO, 2008).

Mas, segundo Rovílio Scussiato, nem tudo eram maravilhas. Os agricultores menores ficaram desassistidos, já que, em sua opinião, a cooperativa não primava pelos verdadeiros ideais do cooperativismo que pregava, que seria atender os pequenos agricultores, pois:

Nunca atendeu, nem no começo, o lado social e do pequeno. Não atendeu! Só que tinha que você ver pela fundação, pelos primeiros sócios, [...] a elite dos agricultores daquele tempo nós pegamos para começar a cooperativa, não foi classe média e pobre da agricultura, não. O mais pobre era eu. (SCUSSIATO, 2008).

E ainda havia a figura controversa de Aury Bodanese. Amado e idolatrado por muitos, odiado por outros. Foi um grande líder, isso nenhum entrevistado negou, com espírito de comerciante e, acima de tudo, honesto, como fazem questão de ressaltar todos eles. Na sua época, do seu jeito, liderou o sonho de muitas pessoas, através da confiança que as pessoas depositavam no seu caráter e no seu tino para o comércio. Giacomelli fala com orgulho de ter trabalhado ao seu lado:

O Sr. Aury foi o capitão, o grande mestre, mas junto com ele tinha trinta e sete associados [...]. O seu Aury se destacou porque foi o grande baluarte, eu sempre digo, é uma alma viva que está dando forças para nós administrar. E ele sempre foi um cara puro, na época ele era político, era cooperativista, político no sentido de brigar pelas coisas, então despontou seu nome como um grande líder cooperativo. (GIACOMELLI, 2008).

Ao mesmo tempo em que eram ressaltadas suas qualidades, havia ressentimentos por suas atitudes, muitas vezes patriarcais, autoritárias e centralizadoras. Um exemplo disso citou Olívio Baldissera:

Porque ele não deixava ninguém crescer lá dentro. Quando o cara começava a crescer, ele cortava, sempre cortou. Não gosto de falar. Ele entrou na cooperativa pelo Banco do Brasil, pois ele devia uma conta meio grande, que para pagar não era fácil. E o Setembrino Zanchet, que viu nele um homem vivo, porque na parte comercial dá para tirar o chapéu para ele, mas em outras [...] E o Banco para se cobrar a conta formou a cooperativa, reestruturou a tríticola, trouxe o Aury para dentro, daí a cooperativa já comprou a propriedade dele no Alto da Serra, e aí a devedora passou a ser a cooperativa. Até foi bom, porque nessa parte de comercial ela era nota 10. Só que os companheiros dele,

que ajudaram a levantar a cooperativa ele só prejudicou, trataram de descartar. (BALDISSERA, 2008).

Como todos os entrevistados, Rovílio Scussiato também não questionou a competência do Sr. Aury “[...] *porque o Aury Bodanese, que foi presidente, e foi um que deu destaque enorme a cooperativa, ele levou muito, muito a sério, com uma competência extraordinária*”. Mas perguntado sobre a quase unanimidade na escolha do nome de Aury como presidente, ele disse o seguinte:

Nós tínhamos um prazo mínimo para dar uma resposta para o governo, para pedir a reestruturação da cooperativa. Ele já tinha experiência, íamos pôr quem naquela época? Um era Baldissera, tinha um dos Braun, tinha eu e o Aury Bodanese, porque, verdadeiramente agricultor, não tinha nenhum. Ali tinha um caso que eu não gostaria muito de tocar, o Banco do Brasil tinha bastante negócios com o Aury Bodanese, e o Aury também devia no banco, então ali uma mão lavou a outra depois, mas ninguém toca nisso. (SCUSSIATO, 2008).

Essas opiniões polêmicas não têm espaço na história oficial. São questões um tanto quanto delicadas, mas, segundo Sebastião Schneider, não é bem assim, e a verdade precisa ser dita:

Não é delicado não. Eu trabalhei oito anos do lado dele, doze anos de líder, e acompanhava esse sistema dele. Ele garrava e só ele que mandava. O Aury aquela vez, nasceu para ser o fundador da cooperativa, devemos muita obrigação para ele, ele era um cara poderoso naquela época. [...] Ele não era homem de trocar ideias [...] Eu sentia que o que ele mandava, nem que caísse o mundo na cabeça dele, o que ele mandava tava mandado, não adiantava. Ele não abria mão para funcionário, não aceitava conselho de ninguém, a própria diretoria era ele que fazia e mandava. Se hoje ele fosse vivo e tocasse a Alfa, ela quebrava. O sistema dele aquela vez funcionou, mas hoje não funciona, porque ele era desse jeito, ditador. [...] naquela época era um baita homem para o negócio, porque ele tinha muita honestidade e o povo confiou, na época o governo ajudava as cooperativas, hoje não ajuda mais, a verba vinha e se repassava para os agricultores, e ele era honesto e fazia bem certo, a cooperativa subiu e o povo

confiou, as verbas eram muitas, juro barato, milhões e milhões, mas se fosse hoje, a situação brasileira do jeito que tá, ele não dura trinta dias. Sô franco em dizer, o negócio hoje é trocar ideias. (SCHNEIDER, 2009).

O sentimento de frustração e mágoa acabou vindo à tona antes mesmo de começar as entrevistas, percebido na recusa em falar sobre a cooperativa. A falta de espaço para expressar as opiniões, um poder patriarcal focado na figura de Aury Bodanese, que acabava centralizando as decisões e, muitas vezes, não deixava espaço para outras opiniões, acabou gerando muitos conflitos. Mas, como não havia espaço para manifestar opiniões contrárias, as mágoas acabavam por ocasionar afastamentos ou um silêncio que corroía o peito de quem se calava. Por isso, a história oral acaba ajudando a “[...] irromper as memórias silenciadas e ajudam a questionar as interpretações que se tornaram dominantes” (MARCON, 2000, p. 30).

Para Gil Tosi, sua grande frustração não foi com a cooperativa, mas com a falta de valorização de algumas pessoas, que, em seu entendimento, eram as responsáveis pelo cooperativismo na região.

Eu tenho uma profunda mágoa de um cara, mas eu não quero te falar. As mágoas de um funcionário não valem nada, porque a minha missão era em nome do Banco do Brasil [...] Eu cansei de chegar à presidência do Aury e pedir para tomar conta de Xaxim e trazer para o seu seio o Hércule Roman, foi o que ele fez depois, e esse fator, no meu ponto de vista, foi decisivo para se tornar a Alfa de hoje. Porque o patrimônio da Xaxiense sempre foi excelente. [...] Tinha um cara lá que se parecia com a figura do Camões, nas primeiras vezes eu até tinha medo dele, uma cara feia que só vendo. Um dia o Hércule me falou assim, Gil, esse homem aí, esse homem é o cara para quem a cooperativa mais deve de todos os associados e, mesmo assim, está sempre aqui, nos apoiando. Ele é o maior cooperativista da Xaxiense, nunca deixou de trazer produto aqui e, se pedir para ele avalizar alguma coisa, ele nunca diz que não. [...] Para mim tinha que ter uma estátua dele, pois você acha que se alguém me deve dez mil e não me paga eu ainda vou avalizar alguma coisa? Mas nem pensar, mas esse cara fazia. Não lembro o nome dele. [...] Nunca houve uma citação na história das cooperativas sobre esse homem, sobre seu Faé, sobre seu Winckler de São

Carlos ninguém fala, porque para mim esses caras foram alicerces dessas cooperativas. (TOSI, 2008).

Bom, já vimos anteriormente que várias pessoas achavam o Sr. Aury autoritário, e isso foi a grande mágoa de Baldissera. Segundo ele, não havia espaço para crescer e o boicote a suas iniciativas eram frequentes. Uma grande tristeza cobre o semblante de Olívio quando ele se lembra da história. Vejamos:

Ele fazia isso de um jeito ditador, reunia 25 pessoas e fazia. No dia que espirava o prazo para entrega dos nomes da chapa concorrente, eu estava em Campo Erê na minha filha. Viemos embora, pois eu tinha certeza que não iam deixar o Flávio concorrer. Mas acabei eu indo lá e enfrentei o Aury, que me disse que se eu fizesse 10% dos votos ele se considerava derrotado. Eu fiz 25% dos associados que vieram, pois naquele dia chovia muito e todos os associados que ele desconfiavam que iam votar em mim eles não deixavam embarcar no ônibus, proibiram ferozmente. Dos nove mil associados, apareceu 4500. Na lógica, eu tinha ganho, pois quase todos os que iam votar em mim não puderam vir. (BALDISSERA, 2008).

Para Rovílio Scussiato, a sua grande decepção foi o lado social da cooperativa. Para ele, a cooperativa devia dar mais atenção ao pequeno produtor, pois é ele o pilar da cooperativa, sem os pequenos, o cooperativismo não tem sentido.

[...] eu vejo o lado social como uma grande falha na cooperativa. Se você entende como princípio da cooperativa ser um capitalismo selvagem, de fazer com que a empresa cresça, não importa se está pisando por cima de alguém ou não, que ela cresça economicamente, vindo por esse lado, dá para dar uma nota grande para a Cooperalfa, se este for seu princípio; mas se for ver o lado humano, onde você vê a maioria como agente de mudança e transformação, então a cooperativa falhou e a nota que atribuo é baixa. (SCUSSIATO, 2008).

Apesar de toda a admiração pelo seu trabalho, as discordâncias quanto ao jogo de poder e as relações conflituosas com algumas

peças acabaram deixando muitas mágoas. Mágoas essas que podemos perceber no silêncio de uma pergunta sem resposta, na lágrima que cai ou no semblante fechado que uma lembrança provoca. Mágoas, também, que já não têm mais tanto espaço no coração de quem se sentiu traído nos ideais que defendia. O tempo acaba por amenizar as maiores feridas, apesar de algumas ainda sangrarem no despertar dos esquecimentos e silêncios.

Considerações finais

Contrapor a memória consagrada por um grupo não significa afirmar que a construção das suas memórias não são verídicas. As pessoas fazem questão de retirar do passado apenas aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. As memórias são “[...] patrimônio que o grupo detém e que é uma parte importante de sua identidade” (ALBERTI, 2005, p. 24).

A região oeste de Santa Catarina tem uma diversidade cultural muito grande, e de memórias também. O registro de memórias não é apenas mérito de um trabalho acadêmico, com ele buscamos “pretensiosamente” atizar as pessoas a valorizar a história que está do seu lado, na esquina de sua rua, no seu próprio lar. Como afirma Ricouer (2007, p. 420), “O passado não é mais garantia do futuro, eis a razão principal da promoção da memória como campo dinâmico e única promessa de continuidade”.

Nas conversas com associados, pode-se perceber que algumas pessoas ainda têm receio de falar sobre sua história. Alguns têm medo de represálias ou de ofender alguém, mesmo os que já morreram. Por muitas vezes ouvia-se dos associados “*vou te contar uma história, mas isso não vale nada, o que vale a história de um simples cidadão?*” O surpreendente é que essas histórias “que não têm importância” são, às vezes, mais emocionantes, com detalhes que levantaram outras questões.

Notou-se outra coisa interessante, nas primeiras entrevistas o nome da Cooperalfa sempre era citado como apoiadora da pesquisa, e pode-se perceber que os entrevistados não falavam tudo o que queriam

falar, principalmente quando questionados sobre os problemas da cooperativa, sobre as discordâncias. Vários deles só conversavam à vontade quando o gravador era desligado e a conversa se tornava mais informal. A razão disso, na maioria das vezes, era para preservar nomes. Alguns até falaram em evitar conflitos, mesmo com pessoas que já faleceram.

Essas memórias são parte de uma trajetória que a história regional e o cooperativismo não podem ignorar. E essa pesquisa cria oportunidades de:

Dar voz às memórias, de modo especial aquelas dos grupos que não tiveram uma posição ou uma participação hegemônica nos acontecimentos históricos é fundamental por várias razões: dão condições para situar diferentes posturas, ou seja, as leituras plurais dos acontecimentos; romper com as interpretações lineares dos fatos; recolocar no cenário da história diferentes sujeitos, projetos, valores e interesses; superar a concepção de que os grupos subalternos são passivos diante da ação dos grupos dominantes. (MARCON, 2000, p. 30).

Essa pesquisa está apenas no começo, mas uma infinidade de fontes já está separada para prosseguir o trabalho. A importância do cooperativismo na região oeste de Santa Catarina está evidente na economia de quase todos os municípios. É de suma relevância a valorização da memória para a construção de cidadania da própria comunidade onde o sujeito se insere. O resultado esperado é incentivar as pessoas a valorizar a história que está do seu lado, na esquina da rua, no seu próprio lar, na sua memória, como forma de se perceber parte importante e transformadora da sociedade.

Notas

* Graduada em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Especialista em História e Geografia: Ensino de História e Geografia, fronteiras do conhecimento pela Unochapecó. Acadêmica do curso de Especialização em História Regional da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS. E-mail: forneck@unochapeco.edu.br

** Professor do Curso de Licenciatura em História e bolsista Produtividade Científica da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Doutor em Educação

pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

¹ A cooperativa foi “refundada” sobre as bases da falida Cooperativa Tritícola do Oeste, inclusive, mantendo até hoje seu CNPJ.

² Podemos ver o exemplo a seguir, do século XI, como uma forma de cooperativismo. “Os habitantes dos burgos trabalhavam nas novas profissões ‘independentes’ do artesanato e do comércio; mais numerosos, eles continuavam submissos aos mesmos impostos, corveias, obrigações militares e direitos de pedágio que os habitantes do campo. Desde o século XI, agrupavam-se em associações, sob a forma de guildas corporativistas de artesãos ou mercadores, ou ainda sob a forma de ‘comunas’ que uniam todos os chefes de família de um burgo. Tais associações tinha o objetivo de obter do senhor da localidade uma carta de franquia, que garantisse aos habitantes a independência pessoal, liberdade de comercializar e de circular, além de impostos menores, regulares e claramente definidos.” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.339).

³ Os princípios do cooperativismo, hoje, são os seguintes: Adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação-formação-informação, intercooperação e compromisso com a comunidade.

⁴ Os colonos europeus eram denominadas como “pessoas dedicadas ao trabalho”, que traziam em suas bagagens o sonho de constituir fortuna, de construir uma vida com fartura e abundância. Esses ideais de acúmulo de capital e dedicação ao trabalho foram chamarizes para a expansão e reprodução do capitalismo na região. Um exemplo foi a expansão das agroindústrias. O caboclo que aqui vivia era considerado inapto para esse trabalho.

⁵ A maioria dos agricultores do oeste catarinense era oriunda do Rio Grande do Sul, estado que vivenciou muitos problemas com suas cooperativas, principalmente com a má fé dos seus administradores. Durante muito tempo, falar de cooperativismo na região era muito complicado, a desconfiança com o sistema era grande.

⁶ A partir de 1974, na fusão com a Cooper Xaxiense, denominada de Cooperalfa.

Fontes

JORNAL ELO COOPERATIVO, Santa Catarina. 1984.

COOPERATIVA REGIONAL ALFA. Atas das reuniões ordinárias.

Fontes Orais

BALDISSERA, Olívio. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

CECON, Julmir. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

FIN, Alcides Biffi. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

GIACOMELLI, Sergio Antônio. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

ONGHERO, Fiorelo. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

SCHNEIDER, Antônio Sebastião. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2009.

SCUSSIATO, Rovílio. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

SERRANO, Odilon. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

TOSI, Gil. Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Chapecó, 2008.

Referências

ALBERTI, Verena. Tradição oral e História oral: proximidades e fronteiras. História Oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, vol. 08, n.1, p. 11-28, jan/jun. 2005.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. História: redemoinhos que atravessa os monturos da memória. In:_____. **Historia: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História.** Bauru/SP: Edusc, 2007, p. 85-97.

BENETTI, Maria Domingos. **Origem e formação do cooperativismo no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957-1980.** Porto Alegre: Fundação da economia e estatística – FEE, 1982.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

DIAS, José Peregrino Araújo. **Cooperativismo: o que é, por quê e como.** São Luiz: Instituto do homem, 1991.

DMITRUK, Hilda Beatriz. História, memória e legados culturais no Oeste catarinense. **Série interdisciplinar.** 42. Chapecó: Grifos, 2001.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido.** Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo e Cooperativismo no R.G.S.** Porto Alegre: L & PM, 1986.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da Escola Paroquial ao Projeto de Nucleação, uma identidade em crise.** Ijuí: UNIUI, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: _____. (Orgs). **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC – Rio, 2006.

LUPORINI, Teresa. Educação Patrimonial: projetos para a educação básica. In. **Ciências e Letras.** Patrimônio e Educação. Porto Alegre: Faculdade Porto - Alegrense de Educação, Ciência e Letras, n. 31, 2002.

MARCON, Telmo. Fontes orais e escritas: algumas reflexões. **Cadernos do CEOM.** Chapecó: Argos, n. 12, 2000.

_____. **Memória, história e cultura.** Chapecó: Argos, 2003.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Lauerence. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução de Cláudia Falluh B. Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, EDUC, vol.14, p. 25-40, fev. 1997.

RADIN, José Carlos. **Representações da Colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICOUER, Paul. História e Tempo. In: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. vol.1. São Paulo: Ed. WNF; Martins Fontes, 2010.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

Abstract

This article is a part of the research named “Cooperalfa: memórias do Cooperativismo”, which has as an objective analyse the expansion of the agricultural cooperatives in the west region of Santa Catarina in dialogue with the memories of the founders, associates and employes of the Cooperativa Regional Alfa Ltda (Cooperalfa) - Regional Alfa Cooperative - between 1967 and 1980. In this research, the main sources are the oral interviews.

Keywords: Memory. Experience. Cooperatives.